



QUESTÃO INDÍGENA

Crise humanitária na Terra Ianomami

Presidente Lula cria comitê de crise e viaja a Roraima para ver a situação da etnia, que sofre com desnutrição e doenças

» TAINÁ ANDRADE

O Governo Federal pretende decretar calamidade pública pela situação que a Terra Indígena (TI) Ianomami, em Roraima, tem passado em relação a mortes por desnutrição, sobretudo de crianças, e a falta de acesso a medicamentos. Acompanhando a decisão, o Ministério da Saúde deve declarar crise sanitária e humanitária na região. Os anúncios deverão ser feitos hoje, com a chegada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à capital do estado, em visita coordenada pela ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara. A intenção é verificar com lideranças a situação de 30,4 mil indígenas que vivem na TI e das pessoas internadas na Casa de Saúde Indígena (Casai), em Boa Vista.

"Recebemos informações sobre a absurda situação de desnutrição de crianças ianomamis em Roraima. Amanhã (hoje) viajarei ao estado para oferecer o suporte do governo federal", declarou Lula nas redes sociais.

A decisão dos decretos foi tomada no fim da tarde de ontem, em uma segunda reunião com os ministros dos Povos Indígenas, da Saúde, da Defesa, da Gestão, e do Desenvolvimento Social, além dos comandantes das Forças Armadas. Coordenada pela secretaria executiva da Casa Civil, Miriam Belchior, a decisão é tornar o "Estado presente" no local, além de agilizar o envio de ajuda humanitária, segundo informações obtidas pelo *Correio*.

Toda a ação será coordenada pela ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, em conjunto com a Fundação Nacional do Povos Indígenas (Funai), presidida por Joênia Wapichana, e a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), comandada pelo indígena Weibe Tapeba. Porém, o apoio logístico caberá aos militares, que acompanharão desde a chegada do presidente à cidade e o possível deslocamento da comitiva até a Terra Ianomami — visita ainda não confirmada. Além disso,

Divulgação



Criança ianomami desnutrida dorme na aldeia Maimasi, em Roraima: a situação é crítica e exige medidas urgentes, dizem indigenistas

os militares auxiliarão na montagem de um hospital de campanha na floresta para atender aos indígenas.

Ações

O Ministério da Saúde enviou, na segunda-feira, uma equipe a Boa Vista para fazer um levantamento de informações e produzir um diagnóstico sobre a situação da saúde dos indígenas. A intenção é verificar a prestação de serviços de saúde e os insumos disponíveis para as comunidades.

Denúncias recebidas pela pasta apontam que entre as 5 mil crianças que vivem nas aldeias da TI Ianomami, 570 morreram, principalmente, por contaminação de mercúrio, desnutrição, insegurança alimentar e

falta de acesso a medicamentos do Sistema Único de Saúde (SUS). Essas são mortes consideradas evitáveis.

O ministério enviou duas equipes técnicas para atuar em Boa Vista: uma foi para o Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) Ianomami, com servidores da Casai, a Secretaria Estadual de Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde de Boa Vista. A outra se deslocou, com o apoio do Ministério da Defesa, para as TIs Surucucu, onde a situação é a mais grave, e Xitei.

Desde que esses atendimentos começaram, os agentes já resgataram indígenas com quadros de desnutrição severa e malária. Um deles foi um recém-nascido ianomami, com 18 dias de vida, que estava com pneumonia e havia sofrido cinco paradas

cardíacas no caminho da aldeia ao posto de saúde da comunidade Surucucu — um trajeto de três horas. O bebê recebeu atendimento médico um dia depois da chegada da equipe.

Procurado, o ministério informou à reportagem que não tem um relatório preliminar porque algumas áreas são de difícil comunicação, mas que hoje, com a visita do presidente, devem ser anunciados alguns números precisos da dimensão da tragédia humanitária.

Uma ação chamada SOS Ianomami foi lançada em dezembro do ano passado pela Urihi Associação Ianomami, pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR) e pela rede nacional e internacional Oxé Thépë Yanomami, com objetivo de arrecadar dinheiro para apoiar as comunidades da TI. Até o fim

“
Recebemos informações sobre a absurda situação de desnutrição de crianças ianomamis em Roraima. Viajarei ao estado para oferecer o suporte do governo federal”

Luiz Inácio Lula da Silva,
presidente da República

de 2022, foram entregues mais de 3 mil toneladas de alimentos aos ianomamis, de acordo com as demandas dos líderes, nas regiões de Surucucu e Ajarani.

Conjuntura

Um relatório da Hutukara Associação Yanomami e da Associação Wanasseduume Ye'kwana, apoiado pelo Instituto Socioambiental (ISA), de abril de 2022, intitulado Ianomami sob ataque, indicou que os impactos socioambientais do garimpo, principalmente na água potável, têm contribuído para restrições à alimentação adequada dos indígenas. Além de poluir a água, os garimpeiros impedem o direito de ir e vir dos povos originários na busca de suas fontes de alimento.

O presidente do Conselho Distrital de Saúde Ianomami, Júnior Hekurari Yanomami, chegou a denunciar que a situação sanitária "entrou em colapso". "Maior incidência de doenças infectocontagiosas entre as comunidades indígenas, em especial a malária. Ademais, vale lembrar que a atividade garimpeira está diretamente associada à contaminação de mercúrio, com danos irreversíveis à saúde das pessoas das comunidades afetadas. Há notícias de uma maior incidência de doenças neurológicas entre recém-nascidos nas comunidades ianomamis, mas essas não passaram por um diagnóstico", destaca o relatório.

Além disso, o documento indica problemas no atendimento da saúde pública nas comunidades indígenas, "com o total abandono de postos de saúde em alguns casos (a exemplo de Palimiu) e, inclusive, a ocupação das pistas comunitárias para a operação e abastecimento do garimpo (a exemplo de Homoxi)". E denuncia: "Também é comum a queixa do desvio de medicamentos reservados para os indígenas para atendimento de garimpeiros". (Colaborou Isabel Dourado, estagiária sob a supervisão de Vinicius Doria).

Reforço policial nas aldeias pataxós

A primeira reunião do gabinete de crise instituído pelo Ministério dos Povos Indígenas para acompanhar a situação de conflitos entre os índios pataxós e fazendeiros, no Sul da Bahia, ontem, contou com uma série de pedidos da chefia da pasta. Foi solicitada à Polícia Federal o aumento do efetivo da corporação no local do assassinato a tiros de dois indígenas da etnia — Nawir Brito de Jesus, 17 anos, e Samuel Cristiano do Amor Divino, 25 — na última terça-feira. Ao governo da Bahia, a pasta pediu que as forças de segurança pública estaduais reforçassem a proteção das aldeias.

Segundo fontes que estiveram presentes ao encontro informaram ao *Correio*, a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, fez "muitas cobranças" a todos

os órgãos convocados. Além da equipe do ministério, participaram da reunião representantes da Defensoria Pública da União (DPU), do Ministério Público Federal (MPF), do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) e da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).

Na reunião do gabinete de crise, membros da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste de Minas Gerais e do Espírito Santo (Apoiinme) pediram que a Força Nacional dê segurança à Terra Indígena Barra Velha, onde viviam os dois jovens mortos nesta semana.

"Nós não dormimos mais. Ficamos sempre alertas e preocupados com as nossas famílias. Queremos que o governo tire esses pistoleiros de lá. Nós somos

os moradores originários e vamos lutar pelo nosso território", disse uma liderança do povo Pataxó que vive na TI Barra Velha.

Os pataxós foram alvejados na BR-101, no distrito de São

Área conflagrada

João do Monte, entre os municípios de Itabela e Itamaraju. De acordo com a polícia, os dois foram mortos quando voltavam



Pataxó observa a terra que deveria estar demarcada no Sul da Bahia

do mercado, no povoado de Montinho, para uma das fazendas ocupadas pelos indígenas, que brigam pela retomada de seu território ancestral.

De acordo com o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a situação no Sul da Bahia se agravou "pela estagnação das demarcações de terras indígenas, que mantêm os pataxós sem proteção e sem a garantia do acesso pleno às suas terras de ocupação tradicional".

O Movimento Indígena da Bahia (MIBA), por meio de ofício enviado às autoridades em Brasília e assinado pelo coordenador executivo da entidade, Zeca Pataxó, solicitou que a Polícia Federal fique à frente das investigações sobre o assassinato dos dois jovens indígenas.